



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO Nº 24603/2024, Pregão Eletrônico 33/2024

OBJETO: Registro de Preços para a contratação de distribuidor de combustível, para o fornecimento e entrega parcelada e contínua de Gasolina Comum e de Diesel S10, com o comodato não oneroso de tanque e equipamentos, a fim de atender às necessidades de armazenamento no Posto de Abastecimento Municipal.

A empresa **SINBRACOM – SINDICATO BRASILEIRO DAS DISTRIBUIDORAS DE COMBUSTÍVEIS**, encaminhou a esta especializada impugnação ao edital, onde questiona cláusulas editalícias.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Impugnação ao Edital interposta, com fundamento na Lei 14.133/2021, especificamente no artigo 164:

Art. 164. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei ou para solicitar esclarecimento sobre os seus termos, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame.

Por tanto, considerando a data de realização do certame e a data da impugnação interposta, o presente se encontra tempestivo.

II – DAS RAZÕES

Em síntese, a impugnante alega:

- Irregularidades na qualificação técnica;
- Prazo para instalação dos tanques muito longo;
- Falta de exigência de balanços e índices contábeis.

III – DO MÉRITO

Em suas razões, a impugnante alega que o edital do certame supracitado possui diversas irregularidades, argumentando a falta de exigência de determinados atestados e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

laudos referentes à qualificação técnica, importantes para a correta execução do objeto e, ainda, que os atestados solicitados não correspondem ao real objeto do certame.

Questiona também o prazo estabelecido para instalação dos tanques e a suposta falta de exigência de balanço e índices contábeis que atestem a saúde financeira das empresas a fim de garantir a execução do contrato.

Importante destacar que é através da definição clara e precisa do objeto da licitação que se poderá verificar a adequação da proposta ao que a Administração Pública busca contratar. Ressalta-se, ainda, que somente assim é que se garante um julgamento objetivo por parte do ente licitante.

Sobre o tema, se faz necessário trazer ao debate as lições do ilustre Marçal Justen Filho, temos:

“ (...) o ato convocatório deve descrever o objeto de modo sumário e preciso. A sumariedade não significa que possam ser omitidas do edital (no seu corpo e nos anexos) as informações detalhadas e minuciosas relativamente à futura contratação, de modo que o particular tenha condições de identificar o seu interesse em participar do certame e, mais ainda, elaborar a proposta de acordo com as exigências da Administração. ” (JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 15ª Ed. São Paulo: Dialética, 2012. p. 611).

Entretanto cabe ressaltar que esta CPL não possui a expertise técnica necessária para deliberar a respeito das qualificações técnicas, devendo a secretaria requisitante se manifestar a respeito das razões apresentadas.

Em oportuno, importante ressaltar também que, se os integrantes da Comissão não dispuserem dos conhecimentos técnicos necessários para a apreciação de documentos, poderão valer-se do concurso de terceiros, integrantes ou não da Administração. Ou seja, **afigura-se como indispensável que o pregoeiro seja assessorado por outros servidores para fornecer subsídios e informações relevantes sobre o objeto, podendo a Administração, até mesmo, contratar, por prazo determinado, serviço de empresa ou**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO**

de profissional especializado para assessorar na licitação, sendo a Comissão capaz, inclusive, de discordar das conclusões dos pareceres técnicos.

Devemos nos atentar, contudo, que existe a possibilidade de o pregoeiro ser induzido a erro, por ser levado a tomar certa decisão em razão de parecer técnico de membro da equipe de apoio quando não possuir expertise técnica sobre o objeto da licitação. Nessa hipótese, segundo entendimento dos Conselheiros do TCE/PR, “a mera designação do pregoeiro e equipe de apoio não transfere ou delega os poderes e responsabilidades da Autoridade Competente.”

Assim, resta claro que **não imputa ao pregoeiro a responsabilidade pela análise técnica, tendo em vista as questões de qualificação técnica serem uma exigência solicitada pela Secretaria Requisitante**, fugindo do domínio desta Coordenadoria.

Com efeito, o órgão de consultoria não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas meramente administrativos, operacionais, negociais e comerciais, bem como os relacionados à conveniência e oportunidade da Administração, que são de incumbência legal específica das áreas técnicas e da autoridade atribuída da competência para a prática do ato administrativo.

Assim, uma vez que os requisitos técnicos foram estabelecidos pela própria Secretaria Requisitante e fogem do entendimento desta coordenadoria, considerando que não detemos conhecimento nem competência técnica para entrar no mérito da análise e, ainda, em conformidade ao decreto 10024/2019, art. 17, Inciso II; vejamos:

“Art. 17. Caberá ao pregoeiro, em especial:

(...)

II - Receber, examinar e decidir as impugnações e os pedidos de esclarecimentos ao edital e aos anexos, além de **poder requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração desses documentos;**”

Esta Coordenadoria mantém o respeito às atribuições funcionais desta administração, registra-se que os pontos atacados nas razões da peça impugnatória são estabelecidos pela



ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ
COORDENADORIA DE LICITAÇÃO

Secretaria Requisitante, levando em conta as atribuições de mercado e a necessidade particular do órgão, motivo pelo qual não cabe a esta CPL debater sobre o tema.

Sobre a suposta falta de exigência de balanço e índices contábeis que atestem a saúde financeira das empresas a fim de garantir a execução do contrato, estas já se encontram dispostas no referido edital, mais precisamente no item 13, letra B - HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA. Reforçamos, ainda, que os índices contábeis são predefinidos numa minuta padrão elaborada pela Procuradoria Geral deste Município e sua manutenção ou exclusão é definida no momento de elaboração dos editais, em conformidade com as exigências da secretaria requisitante.

IV – DA CONCLUSÃO

Assim, considerando que os apontamentos acima tratam de tema sensível, a fim de resguardar a lisura do procedimento licitatório em tela, esta Coordenadoria opina pela remessa dos autos à Secretaria Requisitante para que os argumentos sejam analisados de forma detalhada, tendo em vista a verificação de possível pertinência das razões apresentadas na peça impugnatória.

Em 08/11/2024

MARIA LÚCIA CARDOSO TRAVASSOS
Mat. 111813

De acordo

DJALMA ALVES DA SILVA
Agente da contratação